



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
ESTADO DO CEARÁ

PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUN. CASCAVEL
Recebido/Hoje às 11:25 Hs.
PROTOCOLADO nº 161/2020
Em 13 de 08 de 2020
Rm 2.1.1
Funcionário

PODER LEGISLATIVO

REQUERIMENTO Nº 098 /20

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Cascavel

O Vereador **FRANCISCO AILTON SEVERINO DE SOUZA**, usando das atribuições que o artigo 81, inciso VI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel lhe confere, vem solicitar a V. Exa., após consultado o Plenário e com sua anuência, o seguinte; Que seja enviado ofício, endereçado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Cascavel –CE, Tiago Lutiani Oliveira Ribeiro, com cópias para a 1º e 2º Promotoria de Justiça de Cascavel/Ce, requerendo as seguintes providências, no prazo de 30 dias, conforme determina o art. 25 da Lei Orgânica do Município de Cascavel:

1.) Que seja informado a quantidade de gastos liquidados com publicidade institucional entre 15 de maio de 2019 até 15 de agosto de 2020 e quais as empresas que prestam serviços de publicidade, informando de que forma foram contratadas e número de eventual procedimento licitatório, informando de forma separada, os gastos com a publicidade decorrente do combate ao Covid-19, a partir de março/2020.

JUSFICATIVA

São princípios constitucionais da administração pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, previstos no art. 37, caput, da CF.

Conforme o disposto art. 5º inciso XXXIII da CF, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que deverão ser prestadas no prazo de lei.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
ESTADO DO CEARÁ



A Lei n.º 12.527/2011, dispõe em seus artigos 3º e 4º, que os órgãos divulguem, em local de fácil acesso, informações de interesse coletivo, nas quais devem constar, pelo menos, registros de despesas, competências e dados gerais para acompanhamento de ações, programas, projetos e obras desenvolvidas, disponibilizando, também, mecanismo de busca que permita o acesso a dados e relatórios de forma objetiva e com linguagem de fácil compreensão.

O Poder Público deve assegurar uma gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação, cabendo ao cidadãos e aos órgãos de controle tal qual a Câmara de Vereadores, o direito de se obter uma informação primária, íntegra, autêntica e atualizada acerca da administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos (art. 7º, incisos IV e VI, da Lei nº 12.527/11).

O princípio da publicidade, enquanto transparência da gestão, possibilita maior controle social das contas públicas, facilitando a obtenção de dados relativos à gestão de pessoal, orçamentária e financeira e, conseqüentemente, reduzindo a margem de eventuais desvios, sendo, portanto, uma medida de caráter preventivo, visando o direito fundamental a uma boa administração pública.

Faz-se necessário o atendimento dos pedidos, no prazo de 30 dias, conforme determina o art. 25 da Lei Orgânica do Município de Cascavel, onde dispõe que é fixado em 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração direta e indireta do Município prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal na forma desta Lei Orgânica.

O não atendimento dos pedidos, pode configurar crime de responsabilidade e Improbidade (art. 32 da Lei nº 12.527/11).

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Cascavel (CE), em 17 de Agosto de 2020.


VEREADOR